

EDUCAÇÃO E CURRÍCULO: O QUE SERÁ DA FILOSOFIA?

Tatiana Clambor Perandin (IC) e Prof. Dr. Robson Jesus Rusche (Orientador)

Apoio: PIBIC CNPq

RESUMO

Este trabalho revela a princípio uma preocupação com as alterações curriculares a respeito da filosofia na educação e suas consequências: a diluição do senso crítico e reflexivo no processo de ensinar e aprender, colocando em questão a divergência entre o processo de aprendizado com a epistemologia filosófica, em sua ontologia lógica e dialética. O método utilizado é o Estado da Arte, com análise de 43 artigos, da base *Scielo*, selecionados por cruzamentos de palavras-chaves que estruturam o tema: Filosofia, Currículo e Educação.

Recomenda-se uma indagação às ciências que incorporam e utilizam como base a filosofia, para que se possa repensar as estratégias e congruências destas com a teoria do conhecimento filosófico e, por conseguinte, estruturar as bases educacionais da saúde, da política e da sociedade, promovendo um caráter ético para a formação humana.

Conclui-se que não somente a retirada da filosofia é prejudicial, tanto emergencialmente, quanto em longo prazo, à educação, mas também que o entendimento da filosofia da educação, dissociado da epistemologia e da lógica, corresponde a um retrocesso do manejo da polis e da conquista de direitos como processo de humanização, de participação política ativa e democrática, pois acaba por falsear a realidade em imposições ideológicas que consolidam o estado de ser-no-mundo e de interação como puramente dualista: sujeito-objeto, e que disso decorre a individualização, o tecnicismo e a exacerbação do relativismo, dissociando-se, assim, os movimentos sociais, políticos e históricos.

Palavras-chave: Psicologia da Educação; Currículo; Filosofia; Crítica; Metodologia; Fenomenologia.

ABSTRACT:

This work reveals at first a concern with the curricular changes regarding philosophy in education and its consequences: the dilution of the critical and reflective sense in the process of teaching and learning, calling into question the divergence between the learning process and the philosophical epistemology, in its logical and dialectic ontology. The method used is the State of the Art, with analysis of 43 articles, from the *Scielo* database, selected by crossing keywords that structure the theme: Philosophy, Curriculum and Education.

It is recommended to ask the sciences that incorporate and use philosophy as a basis, so that they can rethink their strategies and congruences with the theory of philosophical knowledge and, therefore, structure the educational bases of health, politics and society, promoting an ethical character for human formation.

It is concluded that not only the withdrawal of philosophy is harmful, both urgently and in the long run, to education, but also that the understanding of the philosophy of education, dissociated from epistemology and logic, corresponds to a setback in the management of the polis and the conquest of rights as a process of humanization, of active and democratic political participation, as it ends up distorting reality in ideological impositions that consolidate the state of being-in-the-world and of interaction as purely dualistic: subject-object, and that results from that individualization, technicality and the exacerbation of relativism, thus dissociating social, political and historical movements.

Keywords: Educational Psychology; Curriculum; Philosophy; Criticism; Methodology; Phenomenology.

1. INTRODUÇÃO

Ao falarmos de Educação pressupõe-se que está implícita nesta discussão a questão da filosofia, não como ciência difusa, mas como provedora de senso crítico e reflexivo. Desde os primórdios da polis a Filosofia é concebida nas bases da educação, como descrito nos diálogos de *A República* de Platão (2000) que coloca a questão do filosofar como circundantes da política, da educação e da formação de homens para a sociedade. Afinal, a constituição de uma polis está intrínseca à participação dos homens no espaço público a partir de reflexões críticas acerca da sociedade e sobre si mesmos (Porto, 2006) e que corroborem para a manutenção da ciência e não como um mero pragmatismo tecnicista e a-filosófico.

Contudo, o que observamos ao longo da história da educação Brasileira é que a filosofia é associada diretamente a ideologias políticas e que fora considerada como uma ameaça a ideologias partidárias e esquemas econômicos, principalmente na ditadura militar Brasileira e, no momento político que vivemos em 2020 em que aparece nas mídias e nas propostas de governo a retirada da filosofia da educação básica.

Os caminhos percorridos durante a história da educação levam a crer que a rejeição à filosofia e seu ensino está atrelada a repulsa a quem perpetua as ideias filosóficas, ou seja, os professores e educadores – principalmente nas universidades brasileiras os quais foram marcados em períodos ditatoriais e, muitas vezes, lhes foram atribuídos o cargo de disparadores de condutas exacerbadas e fora de lei, principalmente nas décadas de 60 e 70 (CARMINATI, 2004), sendo inclusive impedidos de exercer sua função em sala de aula. Vemos que a retirada dos direitos a uma docência livre não estava restrita apenas à filosofia, que norteia os aspectos morais e éticos, profissionais e individuais, mas implicava uma violência às instâncias de privacidade e do diálogo livre, visando maior controle do que se está informando e repassando nos processos educativos. Tornam-se dominantes, assim, os pensamentos e informações globais, generalistas e superficiais que contêm apenas um único viés para a reflexão e a criticidade, o que corrobora para a manutenção de um tipo de pensamento de massa - este era o tipo de controle que, principalmente na ditadura militar, predominava e consolidava a sociedade brasileira.

A valorização de um processo educativo que prioriza o questionamento, a arguição e a reflexão permite indagar a respeito das formas contemporâneas de educação que acabam por priorizar a formação de um ser-tecnicista em detrimento de um ser-filosófico, tendo como perspectiva a incorporação técnica e específica de posicionar-se no mundo, em oposição a uma educação ética, crítica e filosófica.

O objetivo deste trabalho, portanto, é estudar a relevância da filosofia para a sustentação da reflexão crítica e, dessa forma, como elemento fundamental na formação do pensamento

autônomo, evidenciando os prejuízos da retirada desta no decorrer da história da educação no Brasil, deficiências no senso de criticidade e no processo de emancipação e formação de sujeitos democráticos. A relevância social desta investigação está pautada na autenticidade do crescimento da polis como fomentadora de políticas de direito, ou seja, na defesa de uma educação de qualidade, que leve à formação do pensamento crítico, racional e ético, e que promova a equidade nas relações e a consequente emancipação do ser humano.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discussão acerca do retorno e permanência da disciplina de Filosofia nos currículos escolares da Educação Básica acaba por promover diversas questões sobre as razões da preservação, ou não, dessa área do conhecimento como componente curricular da formação básica. Em diferentes períodos históricos o tema da filosofia apresentou empecilhos no meio acadêmico brasileiro, assim como no contexto em que a educação se consolida, dentro das escolas: “por questões referentes à legalidade, currículo, conteúdo, forma e papel dessa disciplina na formação dos estudantes” (BELIERI, SFORNI. p. 01, 2013).

Com a entrada da era tecnológica e com a expansão capitalista, os currículos, de modo geral, modificaram-se ora por retirar do sistema questões filosóficas, por excederem tempo de pensamento, ora por caracterizar-se pela era tecnicista, no qual o ensino técnico, mais barato e rápido, surgia como fonte de empregabilidade e dinamização da produção na sociedade. A era ociosa começava a ser negada, não por falta do que se fazer, mas por falta do que se pensar. O diálogo, a expressão e a inserção na polis, estavam ligados, cada vez mais, a um caráter técnico e reducionista do ser.

Cada vez mais se tornava necessário novos aprimoramentos e especializações, de certa forma isso necessita e aperfeiçoa o fluxo de conhecimento, mas por outro lado introduz ao ser pensante um movimento unicista e a-filosófico (Mazzotti, 1999). Ao se reduzir a ciência do conhecimento, cujos sentidos se estudam a partir da filosofia, a uma mera tecnicidade que proporciona nada menos do que um saber simplista e especializado, impede-se dois aspectos da reflexão humana: a indagação referente aos conteúdos da aprendizagem e às formas de se obter conhecimento, ou seja, a epistemologia (Dalbosco, 2006).

Precisamos apontar o sistema de ensino como um todo, embora este trabalho esteja se referindo ao ensino básico, para que possamos enxergar a dimensão que está sendo afetada nas atuais diretrizes de ensino. Desta, vemos as consequências no currículo do ensino básico e da formação inicial, propagando-se na graduação e formação de cientistas. A crescente transformação da dinâmica capitalista no ensino coloca em questão o pensar, o

diálogo e a abordagem que a filosofia punciona como uma deliberada manifestação contra-hegemônica, ou seja, com modos de se manifestar que questionam diretamente a ideologia política, econômica dominante (CARMINATI, 2004).

Por outro lado, também ocorre a queda das ideologias filosóficas, cada vez mais expostas e mencionadas como relativistas, buscando-se falsear, assim, sua coerência (Dalbosco, 2006). A retirada da lógica como um dos fundamentos de toda filosofia corresponde a um retrocesso na formação intelectual do ser humano que, dessa forma, deixa de exercitar o ser em sua totalidade, como ser político e social – com o risco de sucumbir a meras cópias e padronizações dos modos de pensar fomentados pelo sistema de controle, tanto quanto ao seguimento das ideologias de massa (YONEZAWA; SILVA, 2018). Tais movimentos sustentam e mantêm a ideologia de base produtivista e tecnicista, levando novamente o ensino e o aprendizado a aplicabilidades reducionistas.

Muitos pensamentos a respeito da educação, tanto como fonte para a liberdade quanto para a resistência às árduas formas de controle e de massificação das novas gerações, apontam para a fomentação dos pilares de uma educação crítica a filosófica que seja suporte à resistência individual ao poder cego das massas (ADORNO, 1995). Pilares estes que podem promover espaços para o surgimento da potencialidade criativa e crítica. Hannah Arendt (1979) também coloca seu parecer quanto às consequências que o relativismo, o subjetivismo e o individualismo podem causar, não somente no campo da educação, mas na vida cotidiana, afirmando que somente a preservação da capacidade de reflexão crítica permite ao indivíduo resistir à atomização e à banalização do mal.

Em um estudo sobre as confluências destes dois pensadores a respeito da Filosofia da Educação, Bueno (2013) ressalta que para eles a crise da educação se forma diante da crise da autoritarismo o que confere à educação o reducionismo, o caráter instrumental e o tecnicismo pela ausência, cada vez maior, da epistemologia filosófica.

Carminati (2004) afirma que a escassez de reflexão e questionamento no cotidiano escolar ocasiona, ao decorrer da trajetória da escolarização e aprendizagem, a dificuldade de pensar dos próprios estudantes, constituindo-se, assim, uma geração privada do direito ao conjunto de conhecimentos fundamentais à sua existência, destacando que “a partir de 1971, o desaparecimento progressivo da filosofia contribuiu para o empobrecimento da formação cultural da juventude, a diminuição de sua capacidade e visão global dos problemas, constituindo-se numa das maiores limitações de nosso sistema educacional”. (ÁVILA *apud* CARMINATI 2004, p. 48)

A educação hoje, se faz “imediatista” no que se refere ao pensar e ao ensinar, contribuindo para um canibalismo social, onde os próprios pais enviam “alunos clientes” que vêm para receber a receita do consumismo e

do status quo, e assim, se equivalerem a seus pais já consumidores no mundo e do mundo moderno. Constitui-se “antiga”, dando respostas velhas a perguntas novas, e se torna “exatista”, excluindo a percepção e importância das diversidades culturais, construindo “indivíduos máquinas”, prontos para assumir um lugar pré-determinado na sociedade (MARAGON; ZUCHI, 2008, p.s/p).

A questão de uma era tecnicista é entender onde está o sabor do saber no processo de ensinar e aprender, uma vez que tal formatação exclui o processo básico da educação: o sentido e a busca pelo aprendizado em sua raiz. (Husserl, 1986, 2008; Sokal et. Bricmont, 2010). A forma reducionista do saber consolida-se extraindo o direito do ser pensante, suas potencialidades de arguição e de construção de pensamentos em prol da humanidade, o que significa também que a tomada da filosofia conduz não somente a uma recuperação do caráter pedagógico em sua essência, mas também a uma retomada do senso crítico, do diálogo e da expressividade de ser-no-mundo (Husserl; Maragon & Zuchi, 2008).

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), institui a Lei nº 11.684, Art. 36 da Lei no 9.394/ dezembro de 1996, alterada em 2 de junho de 2008, que estabelece e (re) incluiu a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em toda a extensão do Ensino Médio, no qual se faz deste saber a clausula III que dita que, ao final da trajetória escolar o aluno deve ter domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Paulo Freire (2009) afirma que para a educação e a filosofia estarem conectadas novamente há a necessidade de uma educação, descrita por ele como corajosa, na qual se possa ser possível modificar a ação do homem por meio de uma problematização das condições humanas pautada na leitura do mundo e de seu tempo, e que ocasione, como produto deste, o direcionamento de novas posturas frente ao mundo, no qual o exercício ético e crítico se desenvolvam de forma reflexiva e atuante. Freire (2009) também relata que é preciso que a educação se volte para a pesquisa ao invés da subprodução alegórica filosófica e científica, repetitiva de trechos e de afirmações desconectadas das experiências vividas.

Dessa forma, falar sobre lógica ou racionalidade não é sinônimo de descartar as demais experiências sensoriais e motoras necessárias para se produzir conhecimento. Ideias, práticas e afetos presentes nos processos educativos não estão em contraposição à educação filosófica. O que se busca, com esta última, é não deixar a educação reduzir-se a um único viés, limitando-se a uma expressão meramente mecânica e reprodutivista (YONEZAWA; SILVA, 2018).

Gallo (2000) faz menção a dois filósofos que, em uma de suas obras titulada: *O que é filosofia?* (Deleuze e Guattari, 1991), estruturam a explicação da filosofia, conceituando-a, inicialmente, por meio de uma etimologia da palavra – Filosofia, do grego e latim

Philosophia, é o amor ao conhecimento. Sobre a junção de *sophia* e *philia* que correspondem ao conhecimento e à amizade, descrevem:

O filósofo é o amigo do conceito, ele é conceito em potência. Quer dizer que a filosofia não é uma simples arte de formar, de inventar ou de fabricar conceitos, pois os conceitos não são necessariamente formas, achados ou produtos. A filosofia, mais rigorosamente, é a disciplina que consiste em criar conceitos [...]. Criar conceitos sempre novos, é o objetivo da filosofia. É porque o conceito deve ser criado que ele se remete ao filósofo como àquele que o tem em potência, ou que tem sua potência e suas competências [...]. Que valeria um filósofo do qual se pudesse dizer: ele não criou um conceito, ele não criou seus conceitos? (DELEUZE et. GUATARRI *apud* GALLO, 2000, p. 52)

A Filosofia, seja ela entrelaçada à educação ou pura e simplesmente em sua especificidade, é a ciência que designa ao homem a capacidade de, a partir de um ponto de experiências, vivências, reflexões e saberes co-criar novas perspectivas de leitura de mundo que o auxiliem a adquirir a crítica sobre o que lhe é imposto pela experiência imediata. Trata-se, portanto, de revelar as formas de ação do pensamento em palavras e significados, colocando-os à prova, salientando, assim, o diálogo e a criticidade reflexiva de forma construtiva e dialética.

3. MÉTODO

3.1. Teoria Metodológica

A metodologia deste trabalho é o *Estado da Arte* ou *Estado do Conhecimento*, que tem suas bases na pesquisa de caráter bibliográfico, pois busca mapear e discutir certa produção acadêmica, com foco em diferentes campos do conhecimento (FERREIRA, 2002).

Esta forma metodológica nos permite ampliar a busca e os sentidos do objeto de estudo, ou seja, considerando-se a temática deste trabalho, procurar a relevância da filosofia nos currículos, e o caráter dialógico que tal ciência proporciona no processo de formação e sustentação de uma polis mais democratizada.

A partir de tal metodologia torna-se possível analisar continuidades, semelhanças, complementaridades e contradições e/ou incoerências no desenvolvimento da temática ao longo da história. Além disso, pode-se contribuir para o aprimoramento contínuo do campo do saber em questão.

3.2 Procedimentos

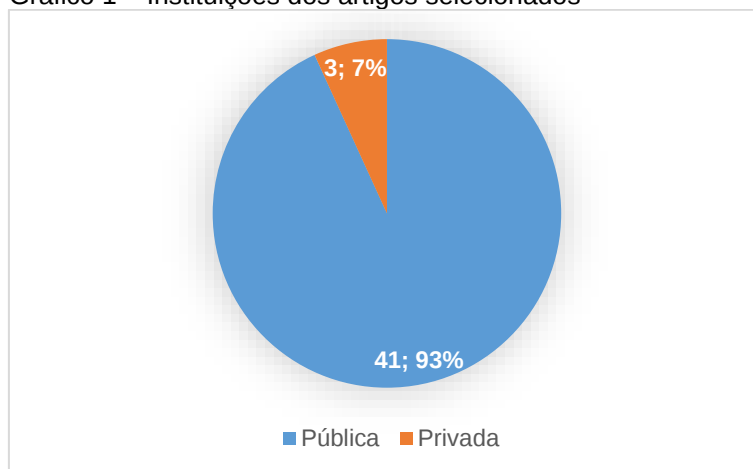
Realizou-se uma seleção dos artigos, a partir de buscas sistemáticas na base de dados Scielo (www.scielo.br), por meio do cruzamento de palavras presentes no item resumo. Tais palavras foram selecionadas a partir da temática deste trabalho: 1. Filosofia, Educação e Crítica; 2. Filosofia, Pedagogia e Crítica; 3. Filosofia, Currículo e Crítica; 4.

Educação, Currículo e Crítica. 5. Pedagogia, Currículo e Crítica; 6. Pedagogia, Metodologia e Crítica; 7. Educação, Metodologia e Crítica; 8. Filosofia e currículo.

Obteve-se o resultado de 198 artigos que passaram por série de crivos resultando em 44 artigos. Como critério de exclusão utilizou-se: 1. Títulos repetidos; 2. Artigos de língua estrangeira; 3. Artigos que não continham filosofia ou educação em seu contexto. Todos os artigos restantes contem: *Filosofia*, *Educação* e *Filosofia da educação* em seu contexto. Tais artigos foram posteriormente organizados em uma tabela de análise que contem: Título; Autor(es); Instituição dos autores (divididos em Tipo: Pública ou privada, e Região, ex. Norte ou centro-oeste do Brasil); Área dos autores (ex. Psicologia, Educação, Interdisciplinar, etc.); Periódico (contendo nome e área), Ano da publicação; Palavras-chave; Objetivo geral; Tema/problema; Principais conceitos e suas definições; Método; População (amostra); Resultados; e Conclusões. Os itens das tabelas foram convertidos em gráficos e/ou nuvens de palavras a fim de permitir um olhar analítico e comparativo dos artigos.

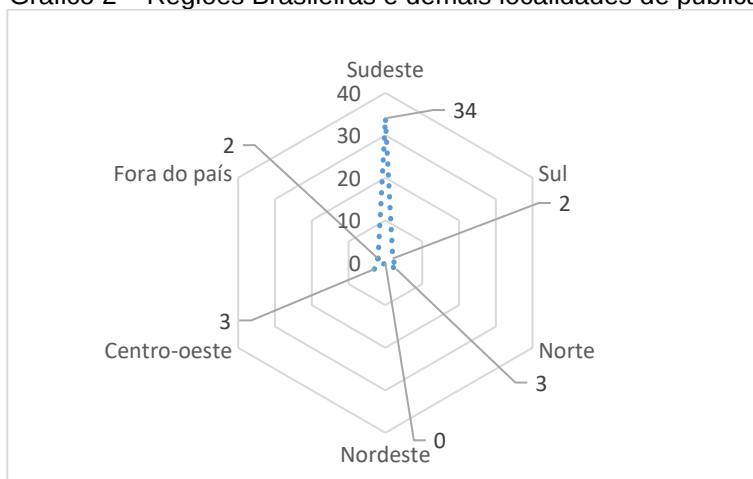
4. ANÁLISE

Gráfico 1 – Instituições dos artigos selecionados



No gráfico 1, 7% dos artigos foram elaborados e publicados por instituições de nível superior privadas, e 93% das publicações são de universidades públicas, o que evidencia que a pesquisa tem fomento extremamente desproporcional entre os dois tipos de instituição. As instituições públicas de ensino superior possuem o próprio processo de publicação de artigos e periódicos. Neste item evidencia-se um número muito pequeno de publicações sobre o tema em instituições privadas o que denota uma preocupação escassa com a importância da filosofia nos currículos da educação básica e, portanto, com a formação crítica e reflexiva do aluno ingressante no ensino superior. É possível inferir que a formação promovida por estas instituições tem um caráter mais voltado para o mercado de trabalho do que para a formação de cientistas e/ou pensadores autônomos.

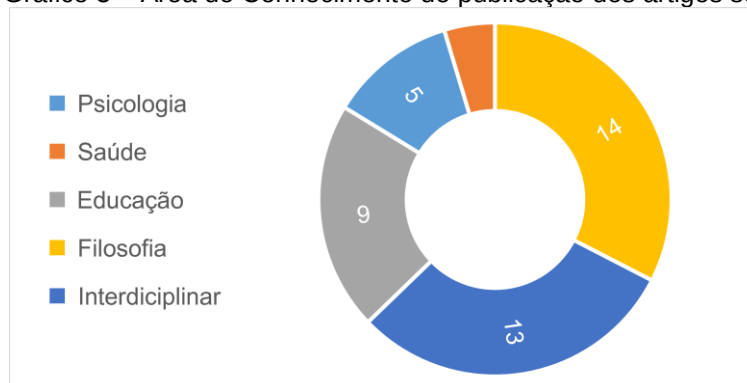
Gráfico 2 – Regiões Brasileiras e demais localidades de publicação dos artigos selecionados



No Gráfico 2, os menores números de publicações estão nas Regiões Brasileiras: Nordeste, com nenhuma publicação; Norte e Centro-Oeste, cada qual com três publicações e Sul com duas publicações. Os maiores números encontrados pertencem à região Sudeste do Brasil, com 34 artigos publicados (77%). Tal índice pode estar correlacionado com o fato dessa região ter o maior número de escolas tanto do nível básico como do nível superior. Há também artigos encontrados e que, embora saíssem da nacionalidade Brasileira, mantivemos porque seu estudo fora relevante e compeliavam-se nos critérios de inclusão, sendo estes dois artigos com publicações estrangeiras, mas que dizem respeito à educação Brasileira.

Neste item, podemos apontar que sul e sudeste apresentam em sua história uma tradição filosófica devido às migrações europeias, no entanto, norte e centro-oeste apresentam 06 artigos o que é significativo, talvez pela presença da Federal de Brasília (UNB) e a do Amazonas. O fato do nordeste não apresentar nenhuma publicação indicaria fraca tradição filosófica e, talvez, uma maior preocupação com problemas emergenciais tais como questões sociológicas e do serviço social. Discutiríamos aqui, portanto, para o Nordeste, a relevância e a necessidade de se estudar os princípios filosóficos para uma melhor compreensão dessas questões emergenciais.

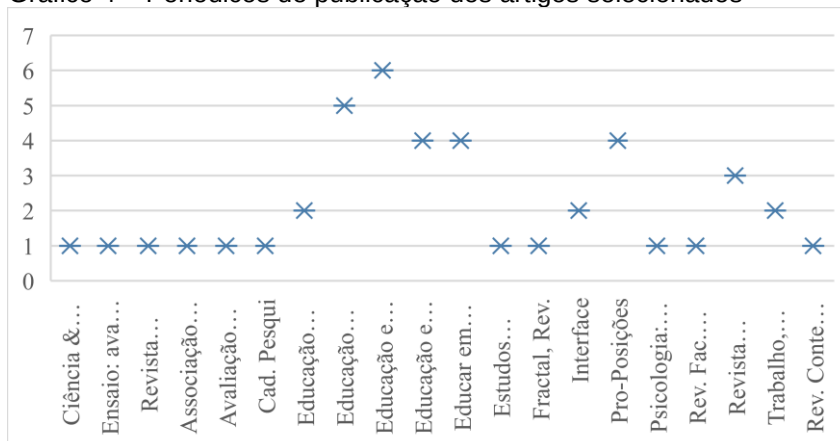
Gráfico 3 – Área do Conhecimento de publicação dos artigos selecionados



No gráfico 3, a maior parte dos artigos estão nas áreas de Filosofia, seguidas da área Interdisciplinar e da Educação. A predominância desse debate nessas três áreas é de base constitutiva, uma vez que os fundamentos filosóficos no currículo são de responsabilidade da educação e da filosofia e a área interdisciplinar, por sua vez, é composta, principalmente, por autores das duas primeiras áreas.

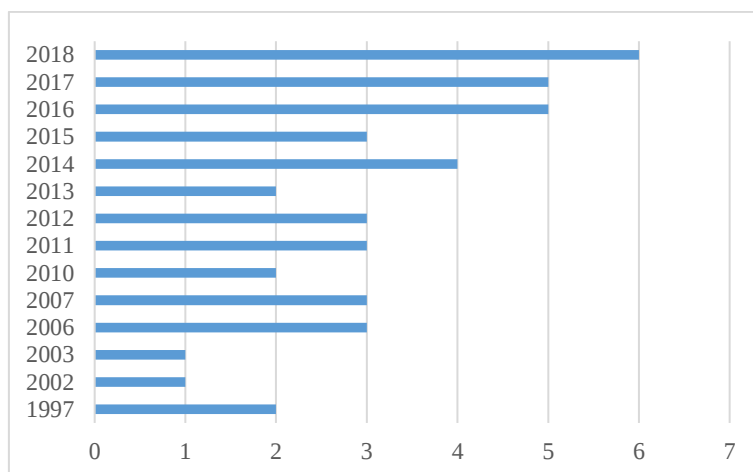
Entretanto, a presença de áreas como as da saúde e da psicologia são relevantes, pois apontam, desde o advento do SUS, para uma crescente discussão a respeito da formação dos profissionais da saúde na direção de uma visão crítica e reflexiva. Sabemos que mesmo com a política atual, contrária à filosofia e à crítica, essa discussão dificilmente será desmantelada, pois já está enraizada nos debates dos profissionais da saúde, principalmente da enfermagem e da psicologia, como demonstra o crescente de publicações na área.

Gráfico 4 – Periódicos de publicação dos artigos selecionados



No gráfico 4, a maior parte dos artigos selecionados foram publicados na revista Educação e Pesquisa, seguidos de Educação & Sociedade. Tais dados demonstram a preocupação desse periódico com as práticas educacionais e filosóficas, para a reformulação do ensino e aprendizagem na sociedade brasileira. Também nos remete ao gráfico 1, das instituições, porque tais revistas foram criadas nas universidades públicas e, também, confirmam que estas incentivam a produção científica e estão preocupadas com a formação de pensadores críticos. Por fim, o gráfico evidencia ainda a pouca produção em psicologia, o que pode indicar uma fraca preocupação desta ciência com a formação filosófica, o que representaria um grande contrassenso para a história dessa ciência.

Gráfico 5 – Ano de Publicação dos artigos selecionados



O gráfico 5 ressalta-nos três períodos de maior publicações de artigos para essa temática: o ano de 2018 (6 publicações), em que no cenário brasileiro ocorreram uma série de mudanças nas diretrizes políticas, educacionais e da saúde e os anos de 2016/2017 (5 publicações cada), em que o cenário, principalmente político, passou por uma crise institucional, levando ao *impeachment* da presidente Dilma e, assim, iniciaram-se uma série de preocupações nas áreas da política social e educacional, implicando em riscos do retorno do tecnicismo na educação. Dentro desse cenário, houve um número significativo de manifestações estudantis contra as reformas das diretrizes da educação para o Ensino Médio e contra as mudanças no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). O ano de 2014 (4 publicações) foi marcado principalmente pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10) em Junho, com metas para o ensino e para a educação até 2024. Estes movimentos em torno da política educacional movimentaram as pesquisas e debates em torno do teor filosófico, crítico e emancipatório do ensino, principalmente nos momentos que são propensos a mudança diante das novas diretrizes. Portanto, vemos que neste item os anos de maior publicação são posteriores às mudanças drásticas na política que ocorreram neste país, culminado em diversas reformas curriculares que apontavam para uma proposta tecnicista na educação e o consequente enfraquecimento da filosofia. O ano de 2020, não está na pesquisa, mas certamente deve ser repleto de artigos com essa preocupação, pois o clímax desse problema foi a proposta de retirada da filosofia da educação básica pelo governo que tomou posse nesse ano.

Gráfico 6 – WordCloud das Palavras-chaves das publicações dos artigos selecionados



Considerando-se as Palavras-Chaves (gráfico 6) contidas na análise dos artigos, as palavras que mais apareceram, e que por conseguinte mais se repetem, são: Filosofia da Educação, seguida de Currículo e Educação, ou seja, isso indica que os artigos analisados, em sua maioria, referem-se à filosofia e sua relevância nos currículos educacionais.

Em segundo lugar, as palavras que mais se repetem são Teoria Crítica; Ensino de Filosofia; Diferença; e Práticas Docentes, apontando para elementos chave do debate acerca da relevância da filosofia na educação e que se referem à formação para a criticidade e ao estudo dos preconceitos e das diferenças, principalmente como questão fundamental do século 21 – tema que é centro dos debates educacionais nesse século, principalmente a educação inclusiva, ou seja, o reconhecimento das diferenças e dos preconceitos como forma de não padronização dos comportamentos e ideias, buscando assumir as particularidades, aceitar as diferenças a fim de promover maior empatia na relações humanas. A filosofia, do Século 19 até os dias de hoje, traz essa preocupação com a diferença em seus debates. Daí decorre autores como os da Teoria Crítica, Michel Foucault e Gilles Deleuze.

Gráfico 7 – WordCloud dos Núcleo do objetivo-tema das publicações dos artigos selecionados

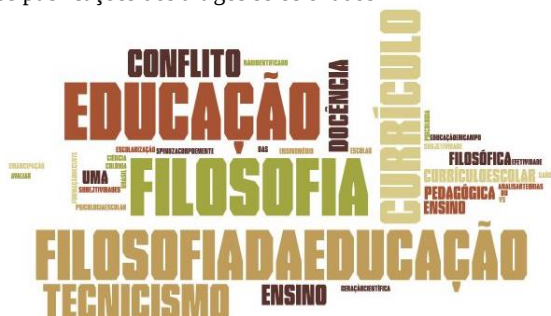


Gráfico 8 – WordCloud dos Verbos do objetivo-tema das publicações dos artigos selecionados



Em relação ao objetivo-tema (gráficos 7 e 8) presente nos artigos analisados, entendemos que o núcleo de discussão dos temas está em: Educação, Filosofia e Filosofia da Educação, seguidos de Currículo, Tecnicismo e Conflitos. Os principais objetivos, descritos a partir dos verbos, referem-se a: Discutir e, em segundo lugar, Refletir, seguidos

de: Analisar. Tal leitura dos objetivos-temas aponta para a questão da crítica ao tecnicismo e a uma educação preocupada simplesmente com a formação para o mercado de trabalho e não para a reflexão e autonomia de pensamento. Outro aspecto refere-se à discussão como elemento chave das pesquisas estudadas, apontando para um caráter teórico e reflexivo dos artigos e para a consequente falta de debate com os educadores e educandos, o que seria fundamental para a abrangência desta temática.

Gráfico 9 – WordCloud das Teorias das publicações dos artigos selecionados



A respeito das teorias de base nos textos selecionados (gráfico 9), notamos que a prevalência foi de uma não identificação em que estavam presentes no artigo teorias e autores diversos, não sendo possível identificar o núcleo de teoria utilizada. Neste item vemos uma preponderância de Theodor Adorno (que pode ser somado com Escola de Frankfurt e Teoria Crítica), seguidas de Paulo Freire que tem bases fenomenológicas e do materialismo dialético (a este último podemos acrescentar Karl Marx), e ainda Michel Foucault. Em segundo lugar aparece, Jürgen Habermas também correlacionando com a Teoria Crítica; Gilles Deleuze e John Dewey que também estudou filosofia e educação. Estes autores nos fornecem elementos significativos para defender a necessidade da filosofia na educação enquanto formação de sujeitos críticos, reflexivos e atuantes.

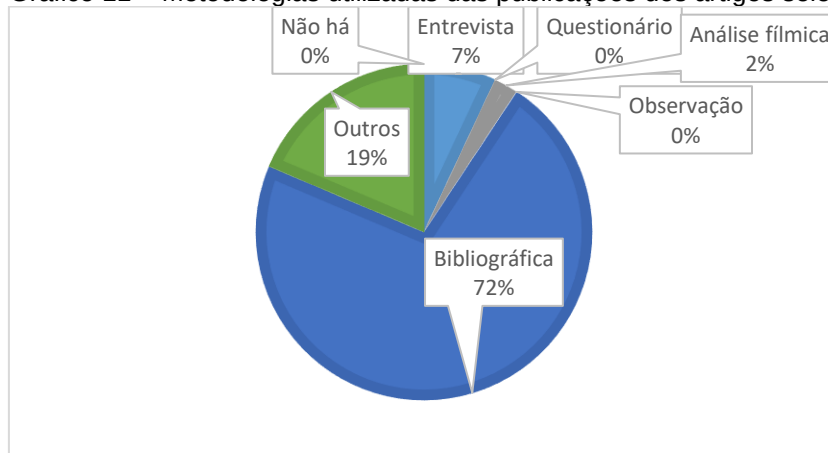
Gráfico 10 – WordCloud dos Conceitos nas publicações dos artigos selecionados



O gráfico 10 indica os principais conceitos encontrados na análise dos textos, vemos que em primeiro lugar encontra-se a Filosofia da Educação, seguida de Currículo, Ensino e Educação, temáticas centrais desta pesquisa.

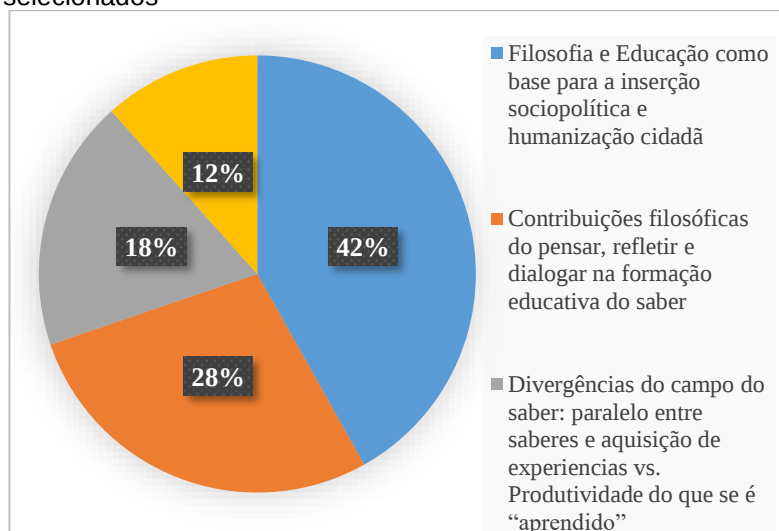
Pedagogia Crítica e Práticas Educativas também aparecem, reafirmando a preocupação com o ensino e o aprendizado, assim como a prática educativa e o ensino de filosofia são uma preocupação evidente nos artigos estudados, não somente no ensino básico, que é a questão de nossa pesquisa, mas em todo o processo educativo e da formação educacional no Brasil.

Gráfico 11 – Metodologias utilizadas das publicações dos artigos selecionados



A respeito das metodologias (gráfico 11) há uma prevalência de métodos qualitativos em detrimento dos quantitativos e, assim, um paradoxo se cria no aspecto metodológico adotado, a maioria é de revisão bibliográfica ou de ensaios críticos, faltando um debate mais próximo da escola, com os educadores, com os educandos e com os currículos em ação, implicando numa práxis que permitiria problematizar na pesquisa de campo as consequências da carência da filosofia na educação.

Gráfico 12 – Núcleos de Significação das conclusões utilizadas nas publicações dos artigos selecionados



Das conclusões dos artigos, 42% destes referem-se à filosofia como base para a inserção política e humanizada na sociedade. Outros 28% tem como base a formação do pensar crítico e dialógico. 18% referem-se a contradições atuais da filosofia na educação, e há, ainda, 12% dos artigos que não apresentam conclusões evidenciadas, apontando para a problemática como uma temática que não é uma questão clara e fácil de ser discutida dentro do contexto educacional, indicando que esta área não está plenamente definida.

70% dos artigos referem-se à reflexão, criticidade e formação humana, no entanto, 30% ou criticam o ensino estar atrelado à experiência pura, e sua forma técnica de reaplicabilidade e mimetização das teorias estudadas ou estão em contradição com o problema/tema, ou seja, não apresentam conclusões significativas de posicionamento sobre a Filosofia nos currículos educacionais.

5. DISCUSSÃO

Quando tratamos da relevância da filosofia para a sustentação da reflexão crítica e a incluímos como elemento fundamental na formação do pensamento autônomo, partimos do pressuposto de que, ao retirá-la do processo de formação, seja das bases fundamentais da educação ao ensino superior, evidenciamos os prejuízos da retirada desta, tal como foi apontado no decorrer da história da educação no Brasil, porquanto isso acaba por gerar deficiências no senso de criticidade e no processo de emancipação e formação de sujeitos democráticos, o que implica também em não somente uma mudança prejudicial imediata, mas de longa data e de caráter político-social.

Desta forma, assim como Dalbosco (2006) assinala a crise epistemológica das ciências, da filosofia e da educação, em que tais áreas fundamentais acabam por reduzir-se à dicotomia sujeito-objeto e à parte relativa das subjetividades, o que corrobora Sokal e Bricmont (2010). Sendo assim, abre-se espaço para uma discussão a respeito das convergências do campo da educação e da filosofia tais como discutidas por Adorno (1995), retratadas hoje pelo enfraquecimento do campo educacional e filosófico, ao se impedir a possibilidade de aprimoramento e diálogo entre esses campos. Tal como considerado por Arendt (1979), a ausência da autoridade e da ética, que coloca a educação à mercê de uma alegoria tecnicista e de morais cuja doutrina de ganhos está mais para indústrias educacionais, as quais colocam o sujeito como produto de, unicamente, uma vertente capacitante do seu ser: a especialização, ou papel/cargo empregatício social.

Vemos esse aspecto tecnicista em alguns pontos de nossa análise, como no gráfico 1 referente às instituições privadas e particulares, que aponta para uma pesquisa escassa frente à relevância da filosofia nos currículos da educação básica e, portanto, com a

formação crítica e reflexiva do aluno ingressante no ensino superior, possibilitando inferir que a formação promovida por estas instituições tem um caráter mais voltado para o mercado de trabalho do que para a formação de cientistas e/ou pensadores autônomos. Assim como, também ficou evidente a insuficiente produção de artigos sobre essa questão na área da psicologia, o que pode indicar uma fraca preocupação desta ciência com a formação filosófica, o que representaria um grande contrassenso para a história dessa ciência. Entretanto, há a presença de uma interação entre saúde e psicologia que, desde o advento do SUS, aponta para uma crescente discussão a respeito da formação dos profissionais da saúde na direção de uma visão crítica e reflexiva, todavia pautada em uma visão de cuidado o que implica na formação de uma postura ética e afetiva e não técnica, e que está de acordo com o debate promovido pela filosofia a respeito da interação sujeito-sujeito. Mazzotti (1999) discute esse ponto, afirmando que a filosofia, nesse debate, apresenta-se como pedagógica por ajudar a elucidar problemas humanos, ou precaver de riscos como Bueno (2013) ressalta em relação à retirada desta da educação, gerando formações mais voltadas para as técnicas e a instrumentalização.

Freire (2009), Husserl (1956;2008), Porto (2006) e Yonezawa (2018), referem-se a uma educação que em sua origem está diretamente ligada à experiência e às vivências culturais, sendo assim, atribuem à epistemologia filosófica lugar de destaque para o ser-no-mundo, pois afirma a ética e a responsabilidade que há na liberdade, promovendo uma transformação da ação para o pensar e o refletir como transcendência, contribuindo, assim, para um aprimoramento da formação política por meio da educação. Em nossa análise, podemos atentar para a precariedade desta ação política quando analisamos as Regiões Brasileiras, com uma discrepância evidente na produção de artigos sobre o tema. Saltamos dois pontos: um na escassez de produções de artigos, pensamentos filosóficos e educacionais da região do Nordeste, talvez pelas pesquisas estarem mais relacionadas a dependências emergenciais; e outro pela presença de muitos artigos na região Sudeste, no entanto, muitas vezes, expressas por revisões bibliográficas, ausentando-se da vivência cotidiana e da práxis na escola o que poderia contribuir para o fortalecimento da área, na discussão direta com os educadores. Sendo assim, podemos entender que falta à estruturação educacional, política e democrática brasileira, o engajamento e direção do ensino para a formação da polis (Porto, 2006).

Belieri e Sforini (2013), afirmam que o cenário político brasileiro deveria abarcar o contorno educacional e filosófico. Neste contexto, quanto maior a pauta política em torno da saúde, educação e direitos públicos, maiores são os números de artigos e movimentos reflexivos em torno do mesmo, como também revelado em nosso levantamento de dados e na análise dos artigos selecionados para este trabalho. Todo este movimento insere-se na

Filosofia da educação, uma vez que discutimos o ensino da filosofia, práticas pedagógicas e as teorias – ressaltadas pelas teorias críticas, e com preponderância de Escola de Frankfurt, seguida de Paulo Freire que tem suas bases na fenomenologia e no materialismo dialético e, ainda, Michel Foucault. Em terceiro lugar, aparece Gilles Deleuze, e John Dewey, que também estudaram filosofia e educação. Todos apontando para elementos chave do debate acerca da relevância da filosofia na educação, e que se referem à formação para a criticidade e ao estudo dos preconceitos e das diferenças, principalmente como questão fundamental do século 21 – tema que é centro dos debates educacionais nesse século, especialmente a educação inclusiva, ou seja, o reconhecimento das diferenças e dos preconceitos como forma de não padronização dos comportamentos e ideias, buscando assumir as particularidades e aceitar as diferenças a fim de promover maior empatia nas relações humanas. A filosofia, em sua etimologia e lógica, depara-se com essas questões contemporâneas: da inclusão social, das questões raciais e, portanto, como tais questões estão associadas ao âmbito social, aponta-se para a relevância da filosofia na Educação e na formação humana.

Nos artigos selecionados, os temas Pedagogia Crítica e Práticas Educativas também aparecem, reafirmando a preocupação com o ensino e o aprendizado, assim como a prática educativa e o ensino de filosofia são uma preocupação evidente nos artigos estudados, não somente no ensino básico, que é a questão de nossa pesquisa, mas em todo o processo educativo e da formação educacional no Brasil. Assim como terminologias que indicam questões de crítica ao tecnicismo e a uma educação preocupada simplesmente com a formação para o mercado de trabalho e não para a reflexão e autonomia de pensamento e que, ao comparar com os temas debatidos, evidenciam-se questões que foram perdidas ao longo do processo do currículo educacional e da própria formação acadêmica e humana. Tais aspectos aparecem para suscitar a separação da filosofia da educação, e desta forma, apontando para um caráter teórico e reflexivo dos artigos e para a consequente falta de debate com os educadores e educandos, o que seria fundamental para a abrangência desta temática (Carminati, 2004). Para uma diminuição do teor mais tecnicista na educação, Gallo (2000) aponta que, para a filosofia ter efetividade ao invés de ser mera reprodução e releitura, torna-se necessária uma retomada da filosofia clássica, a fim de contribuir para a formação de novos significados, ou seja, para uma transformação dos sentidos no contexto atual. Todos os indicativos apontam para uma preocupação com o fortalecimento da formação filosófica, política e educacional nos contextos atuais em que o subjetivismo e o relativismo predominam.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como parecer uma indagação às ciências que incorporam e utilizam como base a filosofia, para que se possa repensar as estratégias e congruências destas com a epistemologia filosófica e, por conseguinte, estruturar as bases educacionais da saúde, da política e da sociedade, promovendo um caráter ético para a formação humana.

A Filosofia da Educação tem, em sua essência, de modo geral, a preocupação com as perguntas “como ensinar?” e “como aprender?”. Vemos em Platão (2000), Adorno (1995), Arendt (1979) e Freire (2009) indagações referentes à preocupação com a filosofia do ensino e o desdobramento deste na polis, ressaltando a importância do aprendizado ser um processo de descoberta, inspiração, reflexão e ação diretamente ligados à transformação das experiências e vivências culturais.

Porto (2006) aponta que a terminologia Crítica afirmou-se, na década de 70, com a junção das teorias, marxistas, humanistas, fenomenológico-existenciais (Paulo Freire e a Escola de Frankfurt), e que, em meados da década de 90, algumas dessas teorias entraram em declínio, direcionando as bases inspiradoras da filosofia da educação para o pós-modernismo, criando um paradoxo epistemológico que deu início ao relativismo que, atualmente, predomina na área da educação. Comparando esta ideia a nossas análises, compreendemos que há a predominância da teoria crítica, de conduzir o ensino e aprendizagem às margens da dialética e da reflexão crítica, mas que também consiste na preocupação com a resistência - na entrada do pós-estruturalismo com os temas de inclusão e diversidade social -, emancipação, cidadania, política e práticas docentes, o que são os termos, ou melhor, as palavras-chaves que mais predominaram nos artigos selecionados, e que correspondem ao processo de entendimento e reflexão do desenvolvimento histórico da educação e do pensar, filosoficamente, a educação.

Neste processo, conclui-se que não somente a retirada da filosofia é prejudicial, tanto emergencialmente, quanto em longo prazo, à educação, mas também que o entendimento da filosofia da educação, dissociado da epistemologia e da lógica, corresponde a um retrocesso do manejo da polis e da conquista de direitos como processo de humanização, de participação política ativa e democrática, pois acaba por falsear a realidade em imposições ideológicas que consolidam o estado de ser-no-mundo e de interação como puramente dualista: sujeito-objeto, e que disso decorre a individualização, o tecnicismo e a exacerbação do relativismo, dissociando-se, assim, os movimentos sociais, políticos e históricos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1995.
- ARENDT, H. **Origens do Totalitarismo** - cap. O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem, p.300-339 - Copyright renovado 1979 by Mary McCarthy West, 1979.
- BELIERI, C. M.; SFORNI, M. S. F. S. **A presença da filosofia no currículo escolar do ensino médio**. Universidade Estadual de Maringá/junho de 2013.
- BUENO, S. F. **Theodor Adorno e Hannah Arendt: confluências no campo da filosofia da Educação**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 49, p. 299-307, Editora UFPR jul./set. 2013.
- CARMINATI, C. J. **(Des) Razões da retirada da Filosofia do Ensino Médio no Brasil**. Revista Linhas, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 317-331, 2004.
- CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO** - XIII Plenário do Conselho Federal de Psicologia. Brasília: agosto 2005 - página 7: Princípios Fundamentais.
- DALBOSCO, C. A. **O cuidado como conceito articulador de uma nova relação entre filosofia e pedagogia**. Educ. Soc.vol.27, no.97, p.1113-1135, dez 2006.
- FERREIRA, N. S. A. **As Pesquisas denominadas “Estado da Arte”** Educação & Sociedade, ano XXIII, no 79, agosto/2002.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- GALLO, S. **O que é Filosofia da Educação? Anotações a partir de Deleuze e Guattari**. Perspectiva. Florianópolis, v.18, n.34 p49-68, julh./dez. 2000.
- HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a Filosofia**. Tradução e Introdução: Pedro M. S. Alves. Universidade da Beira Interior: Covilhã, 2008.
- HUSSERL, E. **A ideia da Fenomenologia**. Rio de Janeiro: Ideias Letras, 1986.
- KUSANO, M. B. **A antropologia de Edith Stein: Entre Deus e a Filosofia**. São Paulo: Ideias & Letras, 2014.
- LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.
- MARAGON, M. L.; ZUCHI, C. M. **A filosofia na Educação básica: Necessidade e perspectivas**. 2008.
- MAZZOTTI, T. B. **Filosofia da Educação, uma outra filosofia?** Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) p. 187 - 197. in: Ghialdelli, P. Jr. (org.) **O que é filosofia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- PLATÃO. **Diálogos III: A República** [427-347 a.C.] Platão: traduzido por Leonel Vallandro – 26ªed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- PORTO, L. S. **Filosofia da Educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOKAL, A.; BRICMONT, J. ***Imposturas Intelectuais*** - cap. 3. *Intermezzo: O relativismo epistêmico na filosofia da ciência* p. 54 - .4ª Ed. Record: São Paulo, 2010.

YONEZAWA, F.; SILVA, F. H. ***O paralelismo corpo-mente em Spinoza: notações (im)pertinentes para a educação***. Educ. Pesqui. v. 44, São Paulo, 2018.

Contatos: tatiana.clamblor@gmail.com e robson.rusche@mackenzie.br